

A CARTOGRAFIA SOCIAL DO DIREITO À CIDADE NOS TERRITÓRIOS POPULARES EM CAMPINA GRANDE (PB)

Maria Jackeline Feitosa Carvalho ¹
Arthur Rafael Gomes Batista dos Santos ²
Jessica Ellen Paixão Silva ³
Ingrid Oliveira da Cruz Moura ⁴

RESUMO

O presente Artigo realiza uma discussão a partir de duas pesquisas - PIBIC/ CNPq/UEPB e PIBIC_Af Fapesq/PB (Editais 2022-2023)- que tiveram por objetivo elaborar a *cartografia social* dos territórios populares em Campina Grande (PB), de maneira a caracterizar e identificar as condições sociais e de habitabilidade do Jardim Europa; Jardim Continental; Vila dos Teimosos, Ocupação do CSU; Ocupação do Distrito dos Mecânicos; Ocupação Macaíba; Araxá, Jeremias, Nossa Senhora Aparecida e Nova Brasília. O Artigo busca dar visibilidade aos assentamentos precários em Campina Grande, de maneira a contribuir ao reconhecimento desses territórios a partir da discussão sobre o direito à cidade; ao situar a cartografia social enquanto instrumento de representação que pode não apenas considerar a geografia física de determinadas áreas da cidade, historicamente negligenciadas em suas existências, mas, sobretudo inserir tais territórios em uma leitura do mapa não oficial da cidade, reconhecendo a dimensão do direito à cidade e a gramática social de pertencimentos. O Artigo socializa o diagnóstico da precariedade e, ao mesmo tempo, permite conhecer os conteúdos sociais das populações que habitam as áreas aqui priorizadas em função de suas características sociais. Visa, ainda, contribuir em um debate sobre o planejamento de políticas habitacionais e urbanas locais que tragam por base a priorização dos assentamentos precários; ao colocar como desafio a superação da ausência de conhecimentos sistemáticos sobre o fenômeno da precariedade urbana e habitacional em Campina Grande.

Palavras-chave: Cartografia Social; Territórios Populares; Precariedade; Campina Grande.

¹ Prof^a Dr^a pelo Curso de Sociologia, da Universidade Estadual da Paraíba PB, autorprincipal@email.com;

² Graduado pelo Curso de Sociologia da Universidade Estadual da Paraíba - PB, arthur.santsos@aluno.uepb.edu.br

³ Graduando do Curso de Sociologia da Universidade Estadual da Paraíba - PB, coautor2@email.com;

⁴ Graduando pelo Curso de Sociologia da Universidade Estadual da Paraíba - PB, coautor3@email.com;

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos foram conquistados diversos avanços no campo legislativo das políticas urbanas no Brasil, desde o início da década de 1980, em detrimento do aumento urbanização do país, acabou gerando o maior aumento da população nas cidades, sendo eles financiado pelo Estado e associação com capitais nacionais e estrangeiros, esse padrão vigorou entre as décadas de 1930 e 1980, e transformou o perfil do país de majoritariamente agrário em eminentemente urbano, gerando novos arranjos e conteúdo, que engloba o social e os processos de politização territorial.

A luta pelo território e sua defesa, foram marcados pela defesa dos movimentos sociais, e o surgimento de novos sujeitos participantes que aderiram às lutas políticas e ações pela apropriação dos territórios, que explodiram com o processo de redemocratização do país, sendo desenvolvido pela possibilidades de implementação de uma agenda urbana construída a partir do projeto de Reforma Urbana e consolidada pelo marco regulatório definido pela Constituição Federal (CF) de 1988 e pelo Estatuto da Cidade (EC), Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Entretanto em se tratando das favelas, as principais representações de moradia popular do país, por muito tempo sofreram diversas tentativas de remoções, principalmente durante o golpe militar, sendo em grandes cidades como no Rio de Janeiro, Recife, Campina Grande, entre outras cidades brasileiras, até as chegadas de grandes avanços na urbanização, exemplos, como o Programa de Erradicação de Submoradia, o programa (Promorar), e em 1978 e da criação de Áreas Especiais de Interesse Social – ZEIS – em Belo Horizonte e Recife, em 1983 (CARDOSO, A. L.; DENALDI, R, 2018). Tendo em vista que em diversos momentos, a conformação desse campo, as questões urbanas, que se faz de maneira fortemente articulada às mais legítimas lutas sociais, sendo um compartilhamento de cidades mais justas, buscando de meios democráticos e sustentáveis e participativos, bem como de todo o conjunto de justas expectativas normativas e legais.

Os acessos à moradia no Brasil antes de tudo, também, se deu através de processos de ocupação de terras ociosas e da autoconstrução da moradia, gerando assentamentos insalubres, frequentemente ocupando áreas de risco e com a sua segurança física comprometida pela ausência de técnicas e de materiais adequados para a construção (Cardoso, 2016, p.1). Onde também não devemos esquecer o Tecido social que é produzido, a moradia popular tem alta visibilidade material e simbólica na sociedade brasileira, por outro lado são muitas vezes

precárias as informações que permitem a sua quantificação ou sua caracterização, tendo em vista o que seria necessário para a formulação de uma política de âmbito nacional para os Assentamentos Precário.

Desse modo, é pertinente este trabalho, por seu objetivo elaborar a cartografia social dos territórios populares em Campina Grande (PB), de maneira a caracterizar e identificar as condições sociais e de habitabilidade do Jardim Europa; Jardim Continental; Vila dos Teimosos, Ocupação do CSU; Ocupação do Distrito dos Mecânicos; Ocupação Macaíba; Araxá, Jeremias, Nossa Senhora Aparecida e Nova Brasília. O Artigo busca dar visibilidade aos assentamentos precários em Campina Grande, de maneira a contribuir ao reconhecimento desses territórios a partir da discussão sobre o direito à cidade; ao situar a cartografia social enquanto instrumento de representação que pode não apenas considerar a geografia física de determinadas áreas da cidade, historicamente negligenciadas em suas existências, mas, sobretudo inserir tais territórios em uma leitura do mapa não oficial da cidade, reconhecendo a dimensão do direito à cidade e a gramática social de pertencimentos. O Artigo socializa o diagnóstico da precariedade e, ao mesmo tempo, permite conhecer os conteúdos sociais das populações que habitam as áreas aqui priorizadas em função de suas características sociais, além de colocar esse debate ao alcance de um público mais amplo, que possivelmente já se deparou com essa questão, de uma ou outra maneira.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho, inicialmente contou com a *pesquisa bibliográfica*, explorando o tema da precariedade urbana e habitacional no âmbito nacional, regional e local; em um segundo momento a *pesquisa documental*; assim como o uso dos instrumentos do *questionário com entrevistas semiestruturadas*; *diário de campo*; *gravador digital portátil*; e do *uso iconográfico de imagens e registros fotográficos*. Todo esse processo foi fundamentado através da *pesquisa exploratória*; *observação participante* e *pesquisa de campo*. Fez-se uso, ainda, da elaboração do *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)* em um total de 46 todos assinados e devidamente arquivados.

De tal modo, vamos também resgatar o referencial de Foucault, partindo da “análise do discurso”, que explicita a estreita relação entre discurso e o poder. Sendo de tamanha contribuição esse referencial teórico-metodológico para a pesquisa, com o objetivo de 'analisar o discurso', na complexidade e nos discursos que são “falados”, muitas vezes ocultos e com intenções “reais”, conteúdos e representações, não sendo esgotados nem mesmo pelos textos, não imediatamente são visíveis.

REFERENCIAL TEÓRICO

A cartografia social é entendida como um instrumento de luta pela reforma agrária que permite demonstrar as relações conflituosas da dominação do território. Faria, 2020 afirma que segundo “Cáceres (2010) [...] a cartografia passou de simples desenhos feitos a mão para as mais avançadas tecnologias” sendo assim, é possível a junção das informações espaciais com as informações sociais para, assim, aplicar medidores sociais que identificam as necessidades de cada área estudada. De modo que, nós entendemos que a cartografia social se configura como instrumento de produção de conhecimento e mobilização dos territórios populares, por sua aproximação e potencialidades, enquanto um instrumento de luta. Por tanto, o autor Acselrad (2008) considera-se que a cartografia social é um processo pelo qual tem como princípio a representação da realidade, identidade e culturas dos sujeitos, por eles mesmos, de forma autônoma e compartilhada, sendo necessário a percepção e representação da cartografia, pois é de cunho especificamente social.

De forma mais ampla, podemos entender que cartografias convencionais, acaba valorizando os espaços de formas técnicas e de um espaço euclidianos, ou só se tem o entendimento de um estado-nação de forma precisa, e em uma neutralidade, por outro lado, a cartografia social dá ênfase a um espaço experimentado, e vivido, percebido e de conflitos, por questões políticas, culturais, e conteúdos simbólicos, distintas, por isso, se tem a maior participação das comunidades e dos grupos sociais envolvidos no mapeamento, como afirma Gomes(2017, p.101).

Portanto, essas comunidades dos territórios populares possuem identidades coletivas particulares e de forma complexas de organização social e do uso e apropriação do território, Almeida (2010) que devido a isso não deve ser compreendido e reduzido a cidade e os territórios as relações econômicas com os meios de produção. Por fim, a pesquisa se faz interessante por esses avanços nas informações e coleta de dados, ajudaram a tornar a cartografia social acessível aos sujeitos. É necessário situar a cartografia social enquanto instrumento de representação que pode inserir tais territórios em uma leitura do mapa não oficial da cidade, reconhecendo a dimensão do direito à cidade e a gramática social de pertencimentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista o limite referente à discussão da pesquisa extensa de um ano que produziu diversos materiais, far-se-á uma ênfase em apenas cinco das dez áreas que foram

estudadas na apresentação de resultados; são elas Jardim Europa, Jardim Continental, Ocupação Macaíba, Ocupação dos Mecânicos e Vila dos Teimosos.

A análise das entrevistas revelou que o Jardim Continental e Ocupação Macaíba, ainda não reconhecidas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são as áreas mais precárias dentre as pesquisadas por ausência de condições mínimas de sobrevivência, acesso aos serviços públicos, mobilidade urbana e saneamento básico. Essas ausências trazem mais prejuízos à comunidade tais como a insegurança alimentar e dependência de ações comunitárias.

O local mais consolidado é a área da Vila dos Teimosos. Existente há mais de 40 anos, os moradores não se identificam mais com o nome atribuído ao local, agora se entendem como pertencentes ao bairro Universitário, como mostra o mapa dos aplicativos. É assim que se distingue a precariedade e vulnerabilidade social. Nem todos os assentamentos são precários, e nem todos os precários comportam população vulnerável.

Os calçamentos realizados nas áreas pesquisadas apenas refletem “as intervenções [...] limitadas [...]” além de reforçarem as “[...] péssimas condições de infraestrutura e habitabilidade.” (MORAES, 2021, p. 26). Na maioria dos territórios é realizada pela metade, favorecendo somente locais em que as vias urbanas se encontram com “a cidade”, e o restante abandonado, invisível de Campina.

As principais atividades econômicas dos territórios estudados são o trabalho com a reciclagem, o comércio informal local – com vendinhas e mercadinhos – e a criação de animais. Na Ocupação do Distrito dos Mecânicos, por exemplo, o principal comércio é a oficina de mecânicos.

Na maioria dos territórios, há uma ausência de tradições culturais e religiosas diferentes das Igrejas Católica e Evangélica. Caracterizando uma sobreposição religiosa diante das atividades culturais – descaracterizando uma tradição social.

Os territórios que têm menos serviços públicos presentes também relatam mais sentimento de esquecimento. Apesar de a comunidade apresentar mais possibilidade de união e respeito entre moradores. Jardim Continental, Jardim Europa e Ocupação Macaíba são exemplos.

Observa-se uma crescente diminuição de participação nas instâncias de organização e representação do território por parte dos moradores. Poucos foram os entrevistados que afirmaram participação efetiva em Orçamentos Democráticos ou Participativos. E, fora as lideranças do bairro, não houve moradores que afirmassem participar de Sociedade Amiga de Bairro (SAB) ou Clube de Mães.

Este é tão somente o reflexo da “...ausência do poder público na provisão da infraestrutura gera uma escassez de terra urbanizada, com consequências sobre o seu preço.” (CARDOSO, 2020, p. 32-33). Tendo em vista o baixo valor, a urbanização não é priorizada e permanece abandonada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos de contribuição científica e técnica da proposta tornou relevante compreender que os assentamentos precários têm uma distinção em relação a outras áreas da cidade, seja pela forma de sua ocupação ou pelo tipo de uso do solo para os diferentes tipos, em função de situações urbanas diferenciadas, de tal maneira que devem incidir sobre áreas centrais mais bem servidas de infraestrutura e com maior potencial de adensamento, ou em áreas intermediárias, onde seja mais adequado adotar um potencial de adensamento médio, em relação aos padrões vigentes no município. (MIN. CIDADES, 2009, p. 25). De tal modo, apesar da problemática que expõem, ainda se colocam, quase sempre, invisíveis às prioridades na agenda urbana local, reflexo também da pouca produção sobre a caracterização e conhecimento sobre tais assentamentos.

Portanto, pode-se dizer que a pesquisa atingiu todos os objetivos a que se propôs, a identificação e caracterização dos assentamentos precários de Campina Grande (PB), através da construção de uma cartografia social, ao caracterizar suas condições sociais e de habitabilidade; a visibilização destes territórios populares de Campina Grande; a contribuição à formulação de políticas urbanas voltadas aos assentamentos precários; a renovação de informações locais sobre a precariedade; o fortalecimento de pesquisas em redes voltadas à discussão sobre os assentamentos precários.

Concluimos que a pesquisa propiciou um diagnóstico da precariedade em Campina Grande e, ao mesmo tempo, permitiu conhecer os conteúdos sociais das populações que habitam os territórios aqui priorizados. De maneira que, ao caracterizar esses territórios, contribuimos à construção do planejamento de políticas habitacionais e urbanas locais que tragam por base a priorização dos assentamentos precários; visto que o presente trabalho coloca o debate sobre o tema em um esforço coletivo de superação da ausência de conhecimentos sistemáticos sobre o fenômeno da precariedade urbana e habitacional em Campina Grande.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

ALMEIDA, Rosângela Doin de. *Novos rumos da cartografia escolar: Currículo, linguagem e tecnologia*. São Paulo: Editora Contexto, v.1, n.1, p. 13-37, 2011.

CARDOSO, A. L. *Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos*. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9399/1/Assentamentos%20prec%C3%A1rios.pdf> Acesso em: 20 maio 2022.

CARDOSO, A. L.; DENALDI, R. *Urbanização de favelas no Brasil. um balanço preliminar do PAC*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

CARDOSO, A. L. Contextualização e caracterização. In: *BRASIL*. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Política habitacional e a integração de assentamentos precários: parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos. Brasília: MCidades, 2008

FERNANDES, Edésio. ESTATUTO DA CIDADE, MAIS DE 10 ANOS DEPOIS: razão de descrença, ou razão de otimismo? *rev. UFMG*, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.212-233, jan./jun. 2013.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. *A arqueologia do saber*/Michel Foucault; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 35- 45 2008.

FISCHER, R. M. B.. (2001). Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, (114), 197–223. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009> Acesso; 18 nov.2023.

MORAES, D. et al. *Direito à cidade e habitação: condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas de urbanização de favelas: avaliação do ciclo recente em Campina Grande / PB*. Campina Grande: Observatório das Metrôpoles. Núcleo Paraíba, 2021 (Relatório de Pesquisa).

